



Simpósio de Integração Acadêmica

“Das Montanhas de Minas ao Oceano: Os Caminhos da Ciência para um Futuro Sustentável”

SIA UFV 2025



IDENTIDADE DE GÊNERO E SAÚDE MENTAL NA JUVENTUDE: DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Frederico, Rúbia Tatiana Santana de Souza
Reis, Lilian Perdigão Caixeta

ODS3
Pesquisa

Introdução

A adolescência é fase de mudanças e busca de identidade, em que a questão de gênero ganha centralidade (ZANELLO, 2015). Adolescentes trans e não-binários sofrem rejeição familiar, exclusão escolar e estigmatização nos serviços de saúde. Essas violências geram vulnerabilidades como depressão, ansiedade, automutilação e ideação suicida. Avanços legais, como o Parecer CNE/CP nº 14/2017, garantem o uso do nome social, mas práticas discriminatórias persistem. O sofrimento psíquico deve ser compreendido como fenômeno socialmente produzido, demandando resistência e inclusão

Objetivos

1. analisar a relação entre identidade de gênero e saúde mental na juventude brasileira;
2. identificar fatores de risco relacionados à marginalização social e institucional;
3. discutir práticas afirmativas, redes de apoio e estratégias de resistência;

Material e Métodos ou Metodologia

Pesquisa qualitativa bibliográfica sobre identidade de gênero, adolescência e saúde mental, realizada entre fevereiro e abril de 2025 nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, com descritores como “adolescência trans”, “saúde mental” e “políticas públicas” (publicações em português, 2015–2024). A análise ocorreu em três etapas: leitura exploratória, analítica e interpretação crítica, organizando os dados em categorias como exclusão institucional, sofrimento psíquico e estratégias de resistência.

Apoio Financeiro – Não se aplica



Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Jovens trans e não-binários sofrem com rejeição, exclusão escolar e negligência institucional. O nome social garante identidade de gênero, mas persistem bullying e ausência de políticas afirmativas. Na saúde, ainda há atendimento patologizante e falhas no acesso adequado. Grupos de convivência, ativismo digital e casas de acolhimento fortalecem autoestima e redes de cuidado. Mostra-se fundamental implementar políticas intersetoriais e protocolos inclusivos para garantir saúde mental e cidadania.

Conclusões

O sofrimento psíquico de adolescentes trans e não-binários é estrutural, marcado por normas cis e heteronormativas. Rejeição familiar, exclusão escolar e falta de políticas ampliam vulnerabilidades emocionais graves. Práticas afirmativas, redes de apoio e serviços inclusivos fortalecem identidade e pertencimento. O reconhecimento institucional, como o uso do nome social, é essencial para cidadania e saúde mental. Essas juventudes são sujeitos de resistência e devem orientar políticas públicas justas e inclusivas.

Bibliografia

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Acesso em: 10 maio 2025.
- MEAD, Margaret. *Adolescência y cultura en Samoa*. Barcelona: Planeta Agostini, 1993.
- ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.